

## **A Mão que mata: considerações sobre o grupo de extermínio Mão Branca na cidade de Campina Grande – PB (1980 – 1982).**

**CARLOS MAGNO DOS SANTOS SOUTO\***

### TEMA.

Em 1980, na cidade de Campina Grande, interior da Paraíba, uma série de assassinatos misteriosos abalou o tranquilo cotidiano local, atraindo com rapidez a imprensa e a opinião pública. Estima-se que, entre janeiro e junho deste ano, tenham sido mortas 20 pessoas em condições esclarecedoramente semelhantes. Tais eventos, que fugiam a normalidade de um pacífico município interiorano, logo se transformaram em manchetes jornalísticas, e 1980 ficou marcado como o mais prolífico ano da crônica policial campinense.

Os homicídios em série tiveram início com o assassinato de Carlos Roberto Alves, um conhecido marginal da época, e prosseguiram ao longo dos meses seguintes impunemente. Logo os crimes mostraram possuir características semelhantes, uma espécie de assinatura macabra, que apontava para a prática de extermínio. Em geral, as vítimas eram pequenos delinquentes locais que já haviam sido apanhados pelas teias da justiça; detentos que desapareciam misteriosamente das celas ou ex-presidiários que já haviam cumprido a sua pena. Em suma, pessoas que viviam miseravelmente à margem da ordem social instituída.

As marcas deixadas nos cadáveres também permitiam identificar um padrão, apontando igualmente para a prática de extermínio. Corpos crivados de balas de diversos calibres, com sinais evidentes de tortura, abandonados em locais ermos nas cercanias da cidade. Cada qual apresentando particularidades que indicavam certo caráter simbólico ou alegórico no ritual que envolvia o ato de matar. Assim, por exemplo, os que haviam sido ladrões eram encontrados com as mãos mutiladas e os que tinham fama de falastrões ou delatores com tiros na boca.

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

No entanto, o que mais chamou a atenção nessa série de eventos, despertando o vivo interesse da sociedade local e dos meios de comunicação, foi o fato dos diversos assassinatos haverem sido precedidos pela cuidadosa remessa de uma carta ao jornal Diário da Borborema (na época o mais destacado periódico da cidade), que continha uma extensa lista de nomes de pessoas marcadas para morrer. Esta lista citava, ao todo, 115 pessoas que deveriam ser executadas ao longo dos próximos meses. Entre os apontados, a grande maioria era composta por criminosos (alguns inclusive encontravam-se encarcerados nas cadeias locais), porém as ameaças de morte estendiam-se ainda a familiares e amigos de presos, membros da polícia, e pessoas ligadas a Comissão Diocesana de Justiça e Paz (uma entidade que, na época do início da abertura democrática, militava em prol dos direitos humanos na cidade). O autor da carta se identificava como Mão Branca, provavelmente uma alusão ao famoso personagem inventado pela imprensa carioca alguns anos antes, para encobrir as ações de um grupo de extermínio que atuava na região da baixada fluminense.

Logo se demonstrou que a lista não era apenas uma ameaça vazia e em menos de duas semanas nove pessoas, nela citadas, foram violentamente executadas. Nos meses que se seguiram houve de tudo, seqüestro de vítimas, perseguições, cartas anônimas, além de outros homicídios. Tudo amplamente noticiado pela imprensa. A sensação de onipotência e a certeza da impunidade eram tais que, após cada morte uma pessoa que se autodenominava Mão Branca telefonava para a redação do jornal para noticiar que mais um havia sido eliminado e indicar onde estava o corpo.

As primeiras investigações, promovidas a partir de denúncias de parentes das vítimas e conduzidas pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz (que resultaram em um relatório jurídico e jornalístico), apontaram para a existência de um grupo de extermínio, formado nos quadros da polícia campinense, atuando nos interstícios da lei através da prática do justicamento privado. Tal constatação não chegou a ser grande surpresa, uma vez que a ação dos chamados esquadrões da morte, compostos quase que exclusivamente por policiais, já estava disseminada por todo o país, e que a existência destes grupos extra-oficiais, organizados para matar, era conhecida pela maior parte da população brasileira.

Diante da pressão de setores da sociedade civil, da opinião pública nacional (o caso conquistou com rapidez a atenção dos jornais do país) e até mesmo do então presidente

Ernesto Geisel (o qual temia a propagação de grupos ou “polícias paralelas” em todo o território nacional), o governador do estado, Tarcisio Burity, tomou medidas para apurar a onda de assassinatos que havia invadido Campina Grande. Após um moroso processo investigativo, caracterizado por inúmeras obstruções ao trabalho da justiça, chegou-se aos nomes de cinco homens, acusados de participarem do grupo de extermínio Mão Branca. O detalhe mais significativo revelado pela investigação confirmou o que já havia sido apurado pelo trabalho da Comissão Diocesana de Justiça e Paz: os cinco suspeitos pertenciam à polícia civil campinense, e entre eles encontrava-se inclusive o chefe e supervisor da entidade Cícero Tomé de Sousa (apontado como líder do grupo).

O último e decisivo episódio ligado aos crimes do Mão Branca foi o julgamento dos cinco acusados. Mais uma vez houve muitas idas e vindas e ficou claro que os supostos assassinos contavam com uma ampla rede de proteção nos altos escalões da polícia e da política estaduais. Quando finalmente foram julgados, em 1982, o resultado foi surpreendente. Apesar das abundantes provas, que além dos assassinatos incriminavam os réus em diversos outros delitos, quatro foram absolvidos e apenas o investigador Zezé Basílio foi condenado a mais de cem anos de prisão. Mas o ponto mais importante do julgamento foi o seguinte: concluiu-se que o grupo de extermínio Mão Branca nunca teria existido.

Já se passaram trinta anos desde os acontecimentos envolvendo o Mão Branca em Campina Grande, entretanto as lembranças referentes as ações deste grupo de extermínio permanecem vivas no imaginário dos habitantes da cidade. O Mão Branca, e o período em que ele atuou administrando a sua questionável justiça, inscreveram-se de tal modo na memória dos campinenses que, mesmo entre as gerações pós 1980, é difícil encontrar alguém que nunca tenha ouvido falar no caso.

Atualmente podemos ouvir uma miscelânea de vozes que apreendem o fenômeno Mão Branca de formas distintas. Cada uma delas esboça uma compreensão própria do caso. Dessa forma, toda pessoa ou grupo que discorre sobre este evento busca apresentar suas memórias como a matéria-prima privilegiada para se chegar à verdade dos fatos.

O que ocorre é que cada uma dessas narrativas sobre o Mão Branca, produzidas a partir de memórias próprias ou apropriadas, constrói uma imagem diversa do fenômeno,

intimamente ligada ao lugar social do sujeito que narra. Assim, por exemplo, os parentes das vítimas do grupo descrevem-no como um bando cruel e sanguinário de policiais assassinos, que cometiam os mais variados crimes. Nas palavras de Maria Bezerra, esposa de um dos executados:

“(…) O que era o Mão Branca? Meu filho um monte de bandido que se juntavam para seqüestrar roubar e matar gente pobre como nós que vivia de bicos como o jogo do bicho. E era tudo polícia viu? Mataram meu marido e mais um monte e continuaram de vida mansa.”

Esta imagem é reforçada pelo depoimento do padre Cristiano Joistein, um dos membros da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, figura decisiva na mobilização que cobrou justiça pelos crimes cometidos pelo grupo:

“Eu recebi várias ameaças. Queriam que abandonasse meu trabalho social em prol dos Direitos Humanos. (...)Pelo que pude apurar na época, os cinco denunciados eram corruptos de longa data e tinham relações íntimas com o aparelho repressivo da ditadura militar.”

Já Bruno Tomé, filho de Cícero Tomé, apresenta uma versão diferente sobre o caso, a qual se contrapõe as anteriores e recorta um outro Mão Branca:

“(…) Meu pai foi injustiçado. Ele e os outros acusados de participarem dessa história de Mão Branca eram ótimos policiais. Eram cumpridores do dever. Pode perguntar pra qualquer um que conheceu ele. Quem é policial sabe, o cara vai pra rua pra matar ou morrer. Num dá pra chegar no bandido e dizer ‘Não atire em mim mas eu vou lhe prender’, o cara vai pra prender mas se o meliante reagir é você ou ele. Foi isso que aconteceu naquela época. Muita gente morreu mas era tudo bandido ruim. Essa história de grupo de extermínio quem inventou foi a imprensa, pra vender jornal. Meu pai era um herói, isso sim.”

O depoimento do senhor Antônio Alves, conhecido comerciante da época, apresenta uma visão semelhante do evento ocorrido em 1980, contudo para ele:

“(…) Claro que o Mão Branca existiu, ora essa! Eu até conheci gente ligada a ele, gente que já morreu. Não vou dizer quem era. Digo o milagre mas não o santo. Garanto que eram pessoas de bem. Gente inconformada com a ação da bandidagem daquele tempo. Aí se juntaram para fazer justiça com as próprias mão e deu no que deu. Foi bandido morto pra tudo que era lado. Aquele é que era tempo de se viver em Campina. Podia dormir com a porta da casa aberta que não tinha perigo. Todos os marginais se cagavam de medo do Mão branca. Foi um tempo tranquilo. As coisas hoje só estão desse jeito desmantelado, cheio de crime e assalto, porque não tem mais homens de pulso como aqueles, qualquer tapinha em bandido chega logo aquele povo dos direitos humanos.”

Mas, afinal de contas, o que ou quem foi este personagem tão controvertido da história campinense? Teria existido de fato ou não passou de invenção da imprensa? Era composto por assassinos facinorosos, que roubavam extorquiam e matavam, ou por heróis vingadores, que ajudavam a população indefesa eliminando bandidos? Estas são algumas das questões mais comuns no que se refere ao tema Mão Branca. Questões apenas parcialmente respondidas pelo material escrito que existe sobre o caso (entre o qual se incluem os jornais da época e o extenso processo-crime dos acusados), e que ficam ainda mais confusas ao nos depararmos com as memórias daqueles que, direta ou indiretamente, estiveram ligados aos episódios. Se tomarmos de empréstimo a observação de HALBWACHS (1990), segundo a qual toda memória é coletiva, podemos considerar que cada um desses grupos de indivíduos produz e alimenta uma memória diversa acerca do Mão Branca. Memórias estas que são conflitantes mas não imutáveis. Assim, por exemplo, os parentes e amigos das vítimas rememoram um grupo cruel de policiais assassinos, já aqueles ligados aos acusados preferem lembrá-los como heróis justiceiros. Há ainda, entre outros, aqueles que negam a existência do grupo de extermínio e aqueles que juram que existiu, os que o concebem como uma anomalia da sociedade e os que louvam sua atuação e tem saudades dele.

## PROBLEMATIZAÇÃO.

Entre os incontáveis males que assombram a sociedade capitalista contemporânea, a violência urbana merece um lugar de destaque. O que outrora representava um fato isolado e raro, na atual conjuntura, se tornou um fenômeno de massa, incorporado ao cotidiano das pessoas. Basta passar os olhos por qualquer enquete ou pesquisa de opinião pública para constatar que o medo da violência é o que mais preocupa os habitantes das grandes cidades. Os diagnósticos dos órgãos públicos também não se mostram nada animadores, e revelam que a violência urbana cresce a taxas assustadoras em grande parte do mundo. A situação se mostra ainda mais preocupante nos chamados países emergentes (ou em desenvolvimento), como é o caso do Brasil, onde o atual crescimento econômico não é acompanhado por uma distribuição mais justa das riquezas nacionais.

No atual contexto de disseminação da violência urbana, o Brasil, mesmo entre os emergentes, representa um caso à parte. Um dos países que, em termos econômicos, mais cresce no mundo, se apresenta como o líder em número de homicídios. O Brasil é a nação

onde mais se mata no mundo. Também não podemos esquecer as outras modalidades de crimes, diretamente ligados ao aumento da violência, que aqui encontram um cenário propício para se desenvolver: tráfico de entorpecentes, assaltos, furtos, seqüestros, violação dos direitos humanos, corrupção generalizada, e mais alguns que dariam para encher página após página. As causas que tornam o problema da violência urbana tão grave no Brasil são inúmeras, entre elas podemos destacar: a enorme desigualdade social (um verdadeiro abismo separando pobres e ricos), o crescimento desordenado das cidades e a ineficiência do estado na criação de políticas públicas que contribuam para a inserção social das populações secularmente marginalizadas.

Diante deste quadro tão grave, a violência urbana passou a ser alvo da reflexão dos mais variados setores da sociedade. Na academia tem-se constituído em um privilegiado objeto de estudo para profissionais de diversas áreas. As ciências humanas, de maneira geral, vem dedicando uma atenção especial ao tema, e é cada vez maior o número de sociólogos, antropólogos, juristas, educadores, entre outros, que elegem os diversos aspectos da violência urbana como o centro de suas pesquisas. Os historiadores, por sua vez, chegaram um pouco atrasados à abordagem deste tema tão delicado. Embora alguns estudos históricos discutam determinados pontos da violência urbana, ainda é pequeno o número de pesquisas que adotam como objeto de estudo uma das facetas deste fenômeno.

Entre os diversos aspectos da violência urbana que podem ser explorados pelos historiadores, um dos mais relevantes diz respeito à formação e atuação dos grupos de extermínio no Brasil. No país campeão mundial em número de homicídios, merece destaque a ação destes “anjos da morte”, especializados em executar com competência.

Tal problema ganhou destaque em novembro de 2005, quando o relatório final da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO EXTERMÍNIO NO NORDESTE, trouxe a público uma constatação alarmante: a ampla atuação, nesta região do país, de grupos paramilitares organizados para matar. De acordo com a CPI, os chamados grupos de extermínio estão disseminados por todos os estados nordestinos e são responsáveis por um grande número de homicídios, embora seja impossível precisar com exatidão as cifras exatas de seus crimes.

A composição destas organizações criminosas, embora bastante heterogênea, conta com a ampla participação de agentes ligados ao aparelho de repressão do Estado. Estes justiceiros são, em sua grande maioria, policiais civis ou militares (aposentados ou ainda em atividade, além de alguns que foram excluídos dos quadros da polícia por violarem as normas de conduta da corporação) e agentes penitenciários, ou seja, indivíduos dotados de competência e instrumentos para executar com precisão. Segundo o relatório da CPI, “no Brasil, 80% dos crimes promovidos pelos grupos de extermínio têm a participação de policiais ou ex-policiais”.

Estes grupos de extermínio, em sua maioria, emergem nas lacunas deixadas pelo sistema de segurança pública na periferia das grandes cidades e usam a falência das instituições do Estado no combate ao crime, como justificativa para suas ações homicidas. A crescente onda de violência que assola a sociedade brasileira aliada à fragilidade do sistema judiciário do país, fornece a base ideológica ideal, sobre a qual os grupos de extermínio constroem para si o lugar de heróis vingadores da população indefesa, oprimida pela criminalidade.

As organizações especializadas em matar, entretanto, não constituem um fenômeno novo na história brasileira e sua investigação demanda um grande mergulho no passado da nação. Nem é preciso lembrar que o extermínio foi um dos principais signos sobre o qual o Brasil foi erigido. O sangue de índios, negros, dissidentes políticos, camponeses e pobres, entre outros, correu em abundância ao longo da construção do país. Aniquilar o *outro*, o *diferente*, o *indesejável*, o *ameaçador*, o *subversivo* parece ter sido sempre uma norma ao longo da história brasileira. Contudo, embora os fundamentos do extermínio (em especial, à vontade e a capacidade de matar) estejam presentes no Brasil desde o período colonial, os chamados grupos de extermínio constituem um fenômeno recente e suas raízes devem ser procuradas em outro momento da história nacional, nas décadas de 1950 e 1960.

Os grupos de extermínio, todavia, constituem um objeto de estudo pouco abordado no âmbito das ciências humanas. Não obstante a violência urbana venha se tornando um grande centro de interesse para pesquisadores de diversas áreas, este tema, diretamente relacionado a ela, continua opaco. Tal negligência torna-se evidente ao se consultar a bibliografia disponível

sobre o assunto. Muito poucas obras elegem os grupos de extermínio como principal ponto de suas reflexões, e os que os fazem deixam muito a desejar.

Este trabalho, portanto, se insere em uma lacuna deixada pela recente produção historiográfica. Ao tomarmos como objeto de estudo o grupo de extermínio Mão Branca, que atuou na cidade de Campina Grande entre o final de 1970 e o início de 1980, procuramos fornecer nossa contribuição aos recentes estudos sobre a violência urbana. A pesquisa apresenta também uma dimensão prática, uma vez que a reflexão acerca dos grupos de extermínio pode subsidiar uma melhor compreensão do fenômeno, resultando em um enfrentamento mais competente do problema.

## DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA.

A bibliografia acerca da emergência e da atuação dos grupos de extermínio no Brasil é parca. Embora este fenômeno venha despertando cada vez mais a atenção dos pesquisadores interessados no tema da violência, os estudos nessa área ainda esbarram na escassez de obras. Porém, as poucas que podem ser encontradas, que constituem o resultado do esforço investigativo de juristas e sociólogos, consistem em uma valiosa contribuição aqueles interessados no assunto.

Entre as produções que se debruçam sobre a questão dos grupos de extermínio no Brasil, merece destaque o livro do ex-procurador do estado de São Paulo Helio Pereira Bicudo. Em *Meu Depoimento Sobre o Esquadrão da Morte*, BICUDO (1976) narra a sua trajetória no combate a uma das primeiras organizações criminosas, formadas por policiais, surgidas no Brasil com o objetivo de eliminar indivíduos considerados indesejáveis por determinados setores da sociedade. De acordo com autor, o Esquadrão da Morte paulista atuou entre o final da década de 1960 e o início de 1970, assassinando um grande número de pessoas. Embora as autoridades tentassem mascarar a ação do grupo, apontando os homicídios como simples ajustes de contas entre quadrilhas de marginais, as pistas e os depoimentos das testemunhas não deixavam dúvidas quanto à autoria dos crimes. Uma investigação rigorosa e labiríntica levou o procurador a denunciar ao Ministério Público os policiais envolvidos. Segundo Bicudo, o esquadrão da morte em São Paulo foi formado pelo conhecido delegado da polícia civil Sergio Paranhos Fleury (que posteriormente se tornaria

uma figura central no DOPS paulista), com o intuito de limpar a sociedade. A absolvição dos acusados e o arquivamento do caso revelaram que o grupo contava com o apoio de importantes personagens da política estadual.

A obra de Bicudo, como o próprio título assinala, constitui um depoimento sobre um dos primeiros grupos de extermínio que teve sua atuação desmascarada no Brasil. É o relato pessoal e revelador de alguém que percorreu um árduo caminho, no afã de desvendar uma série de crimes cometidos contra algumas “centenas de pobres diabos”. Um livro pioneiro, que abriu caminho para trabalhos posteriores e constitui referência obrigatória para aqueles que se dedicam ao estudo dos grupos de extermínio no Brasil. Contudo, para além do seu inquestionável valor enquanto relato histórico, o livro esbarra em algumas limitações. Talvez em virtude da própria formação do autor, a narrativa segue um modelo mais jurídico que propriamente literário. Por outro lado, embora sejam enumeradas inúmeras provas contra os réus, percebe-se um discurso um tanto unilateral. O autor configura-se, ao mesmo tempo, como narrador, investigador, advogado e juiz, e em nenhum momento ouvimos as *vozes* das vítimas ou dos algozes.

Em *Dilemas do Controle Democrático da Violência: Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio*, Sergio Adorno e Nancy Cardia enfatizam a dificuldade de conceituar mais adequadamente os grupos de extermínio. Eles salientam ainda a exigüidade de pesquisas brasileiras sobre o tema. Segundo os autores, a existência de grupos de extermínio não é um fenômeno recente na história brasileira, pois os mesmos podem ser encontrados desde a época colonial. Os bandos de pistoleiros ou jagunços, comuns no Nordeste do Brasil, que foram, e ainda continuam sendo, largamente utilizados por grandes proprietários rurais para eliminar adversários ou solucionar de modo violento questões das mais diversas ordens nas relações privadas e políticas, acompanham a história desta sociedade. De acordo com ADORNO e CARDIA (1999), o aprofundamento das lutas sociais no campo, em torno do acesso e propriedade da terra, tem gerado, nos dias de hoje, um desequilíbrio nas tradicionais relações de força e poder, estimulando o renascimento e a profissionalização dos grupos de extermínio, sobretudo na região Nordeste do país.

O texto de Adorno e Cardia nos oferece uma série de questões interessantes no que concerne a reflexão sobre os grupos de extermínio no Brasil. De fato, não é fácil conceituar

teoricamente os grupos de extermínio. É provável que esta dificuldade seja decorrente da escassez de estudos acerca deste assunto. Todavia, parece um exagero situar este fenômeno já na história colonial brasileira. Embora a prática do extermínio esteja presente desde a colonização, o termo grupo de extermínio parece adequar-se melhor para designar um fato recente na história do país. Ele se aplica a um agrupamento de indivíduos dotados de competência e permissão para matar (policiais, ex-policiais e pessoas ligadas ao aparelho repressor do estado), que passam a fazer justiça extra-oficialmente, eliminando pessoas que vivem à margem da ordem social. Além disso, os autores situam estas organizações especializadas na tarefa de matar, principalmente, no campo, esquecendo a ampla atuação destes grupos nos centros urbanos, inclusive no Sudeste do Brasil, o que vai de encontro ao argumento de que proliferam, sobretudo, no Nordeste.

Outra obra que traz contribuições significativas ao tema é: *Justiceiros e Violência Urbana*, de José Fernando Siqueira da Silva. Neste trabalho, fruto de intensa pesquisa, o autor elege como objeto de estudo os chamados “justiceiros”, cujas ações de extermínio ganharam grande popularidade em São Paulo, nos anos 80. SILVA (2004) adota duas categorias centrais em sua análise: a violência continuada e a higienização social. Segundo ele, as ações de extermínio levadas a cabo pelos justiceiros, por seu caráter constante (assassinatos em série), se configuram como violência continuada, e encontram legitimidade no discurso da limpeza social (eliminar os elementos desviantes da sociedade). O autor constrói a figura do justiceiro a partir de discursos diversos (da população, dos policiais envolvidos no apoio e na repressão, dos justificadores de sua atuação, e dos próprios justiceiros). Um dos maiores méritos do trabalho de Silva consiste justamente em recuperar as trajetórias e falas de alguns desses homens, possibilitando que narrem, a partir de memórias difusas, suas próprias experiências.

Embora os justiceiros se diferenciem em alguns pontos dos membros de grupos de extermínio (e se identifiquem em outros), esta obra apresenta grande importância para o projeto ora proposto. Ao privilegiar os depoimentos de alguns dos mais conhecidos justiceiros, o autor fragmenta o discurso sobre o evento e deixa que os próprios atores sociais falem de suas trajetórias, reconstruindo o passado a partir de suas memórias.

Conquanto não trate, diretamente, do tema proposto neste projeto, merece referência o clássico livro de Michel Foucault, *Eu Pierre Rivière que Degolei Minha Mãe, Minha irmã e*

*Meu Irmão*. Nesta obra, FOUCAULT (1977) e seus colaboradores abordam um curioso caso ocorrido na França do século XVIII, em que o camponês Pierre Rivière assassinou a golpes de foice uma série de membros de sua família. Grande parte do livro é dedicada à transcrição dos vários discursos que, na época do ocorrido, tomaram o caso como objeto e procuraram desvendar sua “verdade” intrínseca. Destarte, o discurso judiciário constrói o Pierre Rivière cruel, que mata barbaramente a família por motivos fúteis. O discurso psiquiátrico, por sua vez, revela o Pierre Rivière louco, que se transforma em assassino em decorrência de problemas mentais que o acompanhariam desde a infância. O próprio camponês, entretanto, em um estranho memorial escrito na cadeia a pedido dos juízes, produz a sua narrativa sobre o crime, a qual não se deixa aprisionar por nenhuma das duas lógicas anteriores, revelando uma racionalidade insuspeitada em um homem do campo.

O trabalho de Foucault e seus colaboradores, expresso em alguns ensaios no final da obra, mostra como cada discurso emitido sobre o caso, que desempenha uma função específica no processo movido contra o camponês, constrói um Pierre Rivière diferente, adequado as suas proposições específicas. E é exatamente aí que encontramos a maior contribuição deste trabalho para o projeto ora proposto. Também os discursos sobre o grupo de extermínio Mão Branca, sejam as narrativas escritas deixadas sobre o caso, sejam os testemunhos produzidos a partir das memórias dos envolvidos, constroem cada qual o seu próprio Mão Branca.

Por fim, no que tange a questão da memória, vale a pena citar o artigo de Maria Helena Rolim Capelato, *Ditaduras do Cone Sul: Memórias Traumáticas e Conflitos de Memória*. O texto analisa a questão da divulgação e dos conflitos que há alguns anos são travados em torno das memórias das ditaduras sul-americanas. Com relação ao Chile, CAPELATO (2008) mostra como o 11 de setembro (dia do golpe que derrubou o presidente Allende) e o Monumento a Allende tem sido alvo de inúmeras disputas relacionadas à memória. De um lado encontram-se aqueles que sofreram os horrores da repressão e utilizam suas recordações para narrar a história “verdadeira” e cobrar justiça. De outro, encontram-se os que apoiaram o golpe ou beneficiaram-se com ele, e vêem a ditadura militar como um momento de pujança nacional. Capelato faz ainda uma reflexão sobre memória e testemunho, baseada em um famoso episódio que ocorreu durante a última ditadura militar argentina: *La*

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

*noche de los lapices*. O acontecimento (uma desastrosa operação repressiva contra o movimento estudantil, que terminou com o seqüestro, tortura e morte de seis estudantes secundaristas), foi transformado, a partir das memórias dos sobreviventes, em livro e filme, amplamente utilizados nas escolas argentinas.

O artigo de Capelato nos adverte acerca dos possíveis conflitos de memórias, que podem ser encontrados em episódios traumáticos da história. No que se refere ao caso Mão Branca existe, de fato, uma disputa para estabelecer a “verdade” dos acontecimentos. Enquanto os parentes das vítimas reivindicam para suas memórias a condição de fontes privilegiadas para o conhecimento desse passado, outros atores sociais, tais como os parentes dos acusados de pertencerem ao grupo, contestam esta versão e se apresentam como portadores do testemunho mais significativo em relação ao caso.